

O BRASIL EM FACE DO COMÉRCIO MUNDIAL

OSWALDO BENJAMIM DE AZEVEDO

O autor do presente estudo não é um geógrafo, mas um economista. Fundador e primeiro presidente da Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças (ANMVAP), diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Associação Rodoviária do Brasil, membro da Comissão de Investimentos e da Comissão de Financiamento da Produção, antigo membro do Conselho Federal de Comércio Exterior e delegado do Brasil às reuniões do Conselho Inter-Americano de Produção realizadas em Caracas (1946), Montevideo (1947), Chicago (1948) e Lima (1952), tem acompanhado de perto a evolução do nosso comércio exterior, cujos principais aspectos focaliza, de maneira sintética, nas linhas que aqui reproduzimos.

Alguns aspectos do intercâmbio mundial. — Em 1953, o valor das transações comerciais do Mundo, isto é, a soma das exportações e das importações, foi estimado em 151 bilhões de dólares. Cumpre esclarecer, porém, que não estão incluídos nesse total oito países: a China, a União Soviética, a Polónia, a Alemanha Oriental, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Romênia e a Bulgária — cujas transações, em 1948, foram avaliadas em 8.112 milhões de dólares.

Daqueles 151 bilhões de dólares, pouco mais da quarta parte (38.517 milhões) foi negociada em países incluídos na *área da libra esterlina*, cabendo o restante aos países da *área do dólar*.

Por outro lado, convém assinalar que os Estados Unidos e o Canadá ocuparam um lugar de muito destaque no conjunto das transações comerciais, pois somente esses dois países aparecem, em 1953, com o total de 37 bilhões de dólares, o que corresponde a 25%.

Daí resulta que 50% das transações comerciais pertencem à Grã-Bretanha e dependências (25%) e à América Inglesa (25%), sendo utilizados de maneira equivalente o dólar e a libra.

A posição da América Latina é, ainda, bastante modesta, aparecendo com 13.866 milhões de dólares, ou sejam 9,2% do total.

Tais fatos nos levam a uma primeira conclusão: os países da América dominam pouco mais de um terço do comércio mundial,

excluídos dessa comparação a União Soviética e os países sob influência comunista, atrás citados.

Há, todavia, um outro aspecto do problema que se torna necessário acentuar: os *principais produtos* que aparecem nessas transações. Eis a sua relação, em ordem decrescente, tendo em vista o seu valor total: petróleo, algodão, café, trigo, polpa de madeira e papel, lã, borracha, madeiras, carvão de pedra, açúcar, cobre, arroz, fumo, fibras, estanho, cacáú, chá, milho, aveia, chumbo, banana, cocos, zinco, vinho, minérios de ferro, frutas cítricas, peles e couros.

Tal relação é bastante significativa: em primeiro lugar, porque todos eles, em maior ou menor proporção, são produzidos em terras da América; em segundo lugar, porque muitos deles constituem elementos básicos da economia de vários países americanos, como o petróleo, o algodão, o café, o trigo, a lã, madeiras, o cobre, o açúcar, o estanho, a banana.

A posição do Brasil dentro do comércio americano. — Os Estados Unidos dependem dos demais países da América mais do que estes daquele; na verdade, importaram de outros países americanos cerca de 55% de suas necessidades, ao passo que lhes exportaram cerca de 38%. A situação do Canadá já é bem diferente: importou dos Estados Unidos e da América Latina 81%, e exportou para os mesmos 64%. Quanto aos países da América Latina, nota-se um certo equilíbrio em relação aos países da América Inglesa: exportaram 62% para os Estados Unidos e Canadá, deles importando 60%.

Há, aqui, um outro fato digno de registro: dentro da América, a maioria das transações se verifica no sentido Norte-Sul, isto é, entre a América do Norte e a do Sul, sendo escassas as relações comerciais entre países da mesma porção continental. Neste particular, registram-se apenas duas exceções: a dos Estados Unidos-Canadá e a do Paraguai com seus vizinhos.

O Brasil não escapa a essa regra, pois mais de 50% de sua exportação encontram mercados nos Estados Unidos e no Canadá, ao passo que cerca de um terço de sua importação procede desses dois países da Norte América. No intercâmbio dos Estados Unidos, nosso país aparece em 2.º lugar na importação, logo após o Canadá, e em 4.º lugar entre os maiores compradores daquele país, em 1951.

Em suas relações comerciais com a Argentina, o Brasil representa somente cerca de 10%, figurando em 3.º lugar, uma vez que a Argentina também mantém a maior parte de seus negócios com os Estados Unidos e com os países da Europa, entre os quais se destacam a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental.

Figura nosso país em 4.^o lugar na importação do Uruguai, em 4.^o lugar na exportação do Canadá e em 7.^o na exportação do Chile. No entanto, não aparece entre os principais compradores ou fornecedores dos demais países da América, o que pode ser explicado por duas razões, pelo menos: as dificuldades de transportes, particularmente em relação aos países sul-americanos do Pacífico, e os altos fretes exigidos pelo transporte marítimo, em consequência das grandes distâncias que precisam ser vencidas. Os acordos comerciais, embora elaborados e assinados dentro do melhor espírito de cordialidade, não têm conseguido suplantiar essas dificuldades, que se vêm agravadas, em muitos casos, pela política cambial.

Por outro lado, são os países da América Latina fornecedores de matérias primas estratégicas, que encontram seu melhor mercado consumidor na América do Norte, como sejam o quartzo, o antimônio, a bauxita, o berilo, o cobre, o zinco, o tungstênio, o estanho, o mangauês e o chumbo. Obtendo dólares pela venda de seus produtos aos Estados Unidos, nada mais natural que procurem saciar, nesse país, suas próprias necessidades, embora ultimamente tenham os países europeus reconquistado boa parte dos mercados latino-americanos e mesmo norte-americanos, através da melhor qualidade de seus produtos, vendidos a preços mais acessíveis, sobretudo quando a moeda utilizada na transação é considerada moeda fraca.

A participação do capital estrangeiro no Brasil. — Nosso país encontra-se, ainda, em fase de crescimento, procurando desenvolver gradativamente as suas indústrias. Por isso mesmo, depende ainda da importação, a fim de que possa satisfazer grande parte de suas necessidades de produtos básicos. Todavia, através do desenvolvimento da produção nacional, tem o Brasil conseguido suprir muitas dessas necessidades, particularmente no que se refere às manufaturas de ferro e aço, ao carvão de pedra, ao cimento, e, nos últimos anos, a pelo menos um quarto de seu consumo de trigo.

Os problemas criados pela industrialização do país vieram despertar o interesse de capitalistas estrangeiros, não somente dos Estados Unidos, mas principalmente europeus, tais como alemães, italianos e franceses. Em 31 de dezembro de 1951, os capitais estrangeiros devidamente registrados elevavam-se a 1.450 milhões de dólares, dos quais 25% provinham dos Estados Unidos e 20% do Canadá. Nos últimos anos, entretanto, tem sido considerável a entrada de capitais procedentes da Europa, desejosos de encontrar melhor colocação em nosso hemisfério, sem dúvida uma das partes do Mundo onde se tem conseguido manter maior estabilidade econômica e política.

Relações comerciais do Brasil com os principais países do Mundo. — Não conseguimos, até o momento em que escrevemos estas linhas (agosto de 1954), deter a inflação, cujas origens remontam à última Grande-Guerra. A elevação de salários, combinada com a fixação da taxa de câmbio durante mais de 15 anos, criou um mercado consumidor interno para produtos de importação de valor incomensurável. Tivemos uma idêa dessa pujança de nosso mercado consumidor quando, em 1951, o Governo Federal foi mais liberal na concessão de licenças de importação; de fato, em 1951-52, importamos 85% mais que nos quatro anos anteriores, e mais importariamos se a situação cambial o permitisse, dado o forte poder de compra interna de nossos consumidores.

Tal experiência levou-nos ao desequilíbrio da balança comercial em 1952, desequilíbrio que só recentemente foi corrigido, com as drásticas medidas tomadas pelo nosso Governo, em fins de 1953.

Em 31 de dezembro de 1952, os atrasados comerciais montavam a cerca de 565 milhões de dólares; ao encerrar-se o exercício de 1953, tais compromissos estavam reduzidos a cerca de 190 milhões de dólares, em tôdas as moedas; hoje são bem menores, reduzidos pelas amortizações realizadas no primeiro semestre de 1954.

O Brasil não tem mais dívidas comerciais com os Estados Unidos; liquidamo-las, em parte, com um empréstimo de 300 milhões de dólares (obtido no "Export-Import Bank") e, de outro lado, com nossos próprios recursos.

Ao mesmo tempo, o Brasil liquidou totalmente os compromissos existentes com a Suécia e com a Dinamarca. Em relação à Grã-Bretanha, foi feito um acôrdo para o pagamento de nossos atrasados comerciais dentro do prazo de 7 anos. Por outro lado, em fins de 1953, tiveram início as amortizações dos compromissos com a Alemanha e com a Itália, nos termos de esquemas aprovados pelos interessados.

A fim de liquidar tais compromissos comerciais e com o intuito de intensificar seu programa de reaparelhamento dos meios e vias de transporte (ferroviário, marítimo e rodoviário), bem como ampliar as instalações de energia elétrica, siderúrgicas e de mineração, assumiu o Brasil compromissos com o "Export-Import Bank" e com o "World Bank, estimados em cerca de 650 milhões de dólares, grande parte dos quais já foi utilizada.

No que concerne à energia elétrica, a Região Sul foi a mais beneficiada; ao passo que, em relação à siderurgia, o foi a Região Leste e, quanto à mineração, coube à Região Nordeste o maior quinhão.

A amortização de tais compromissos virá sobrecarregar de maneira substancial, a balança de pagamentos nos próximos anos.

Como o Brasil conta somente com a exportação para fazer face a seus compromissos externos, torna-se imprescindível uma política de incentivo aos produtos exportáveis.

A queda de preços de produtos primários, em 1949, seguida da desvalorização da libra esterlina e de várias moedas, em fins daquele ano, criou para o nosso país um sério problema, uma vez que o Governo Federal preferiu manter o cruzeiro na sua paridade com o dólar. Não conseguindo exportar seus produtos, devido às diferenças de preços, foi necessário instituir, em fins de 1949, o sistema do *comércio de compensação*, que foi mantido durante o ano seguinte, o que tornou possível o escoamento da produção de 1949. Suspensa essa medida, em 1951, mais grave se tornou o problema, o que obrigou o Governo a comprar e estocar produtos exportáveis, tais como o algodão, a lã, o sizal, a cera de carnaúba, etc.

Permanecendo sem solução tal problema, pois cada vez mais se distanciavam os preços internos dos externos, foi instituído o regime do *câmbio livre*, em janeiro de 1953, aplicado em parte aos produtos de exportação. Essa medida contribuiu para o incentivo da exportação dos produtos chamados "gravosos", que estavam estocados há mais de um ano, acarretando suas despesas, de armazenamento e seguros, pesado onus ao Governo Federal.

Em outubro de 1953, passou a vigorar o chamado *Plano Aranha*, devido ao Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha. Este sistema de comércio externo (pelo qual o importador adquire o direito de obter licença de importação, através da compra de um certificado de câmbio nas Bolsas de Títulos) veio restringir a importação, graças aos preços variáveis dos produtos importáveis, classificados em categorias. Por outro lado, as somas pagas pelos importadores, nos leilões efetuados, deverão ser aplicadas parte no incentivo à produção agrícola, de acordo com o plano já aprovado pelo Governo Federal, e parte como subsídio à exportação, procurando assim corrigir as diferenças de preços entre os vigorantes em nossos mercados internos e os dos mercados internacionais.

Os concorrentes do Brasil no comércio mundial. — Quando examinamos a área que constitui o chamado Mundo Tropical, constatamos que o Brasil encontra fortes concorrentes, nos mercados internacionais: são os países da América Latina, no que diz respeito ao café; e, principalmente, são os países e territórios coloniais da África e da Ásia, no que se refere ao algodão, ao café, ao cacáu,

às fibras, aos óleos vegetais, etc., isto é, alguns dos produtos que constituem os esteios de nossa exportação.

A análise das estatísticas referentes ao comércio internacional, relativas ao ano de 1953, conduz-nos à constatação que, entre os 20 principais países, figuram:

- a) dois da *América do Norte* — os Estados Unidos e o Canadá;
- b) nove da *Europa* — Grã-Bretanha, Alemanha, França, União Belgo-Luxemburguesa, Holanda, Itália, Suécia, Suíça e Dinamarca;
- c) três da *América do Sul* — o Brasil, a Venezuela e a Argentina;
- d) três da *Ásia* — o Japão, a Índia e os Estados Malaios;
- e) um da *África* — a África do Sul; e
- f) um da *Oceânia* — a Austrália.

Dentro dessa relação, os Estados Unidos ocupam a liderança, seguidos pela Grã-Bretanha (2.º) e pelo Canadá (3.º). Dos demais países europeus, a Alemanha Ocidental aparece em 1.º lugar, vindo depois a França, a União Belgo-Luxemburguesa, a Holanda, a Itália e a Suécia. O Japão aparece em 9.º lugar e a Austrália em 10.º. O Brasil acha-se colocado em 12.º lugar, vindo em 15.º a Venezuela e em 18.º a Argentina.

Neste particular, um fato merece destaque: dentro do Mundo Tropical e em todo o hemisfério meridional, apenas a Austrália aparece em posição superior à do nosso país.

Como é sabido, possuímos uma legislação social das mais avançadas; por outro lado, tem-se procurado incentivar a elevação do padrão de vida de nossa população, dando-lhe melhor assistência social, a par de instrução primária e técnica. Tais benefícios, indispensáveis ao bem-estar social, acabam, entretanto, por criar problemas no âmbito do comércio externo; na verdade, elevam o custo de nossos produtos de exportação e favorecem os nossos concorrentes da África e da Ásia, em cujos territórios não existem aquelas vantagens sociais. Por isso mesmo, o "Plano Aranha" prevê o financiamento da produção agrícola em condições vantajosas e o incentivo à exportação, através de subsídios adequados.

Participação dos seguros no intercâmbio mundial. — Em 1953, as operações de seguro sobre importações custaram ao Brasil quantia avaliada em mais de 10 milhões de dólares, paga em todas as moedas, cifra que corresponde a cerca de 0,5% do valor das transações comerciais, no referido ano.

Como em 1951-52, houve sérias dificuldades para a remessa de juros, dividendos e serviços, julgamos que, em 1953, tenha havido,

grande parte de remessas atrasadas, o que explica a elevada proporção dos seguros em relação à importação.

Aceitando essa hipótese e considerando que as transações comerciais montaram, em 1953, a 151 bilhões de dólares, chegaremos à conclusão de que, nêsse movimento do comércio mundial, a participação dos seguros foi de mais de 188 milhões de dólares. Trata-se de uma quantia substancial, capaz de demonstrar a importância das entidades privadas de seguros na economia das nações.

Em conclusão. — O comércio mundial assemelha-se a uma estrada de dupla via: não podemos continuar a vender se nos recusamos a comprar, conforme muito bem assinalou a Junta de Comércio de Detroit.

Para que o intercâmbio entre as nações livres possa ser intensificado, necessário se torna uma revisão das tarifas alfandegárias e uma redução nas restrições à importação e às operações de câmbio ao mínimo indispensável ao equilíbrio do Balanço de Pagamento.

Ao regressar aos Estados Unidos, após haver percorrido a América Latina, declarou o Dr. Milton Eisenhower que essa porção de nosso continente, como mercado para os produtos de exportação dos Estados Unidos, era tão importante como toda a Eurpa e mais importante do que os mercados da África, da Ásia e da Oceânia reunidos.

Tivemos oportunidade de salientar, de início, a preponderância das relações comerciais dos Estados Unidos nas transações com os países da América Latina. Laços históricos e de recíprocos interesses unem os países latino-americanos à grande nação irmã do hemisfério setentrional, que tão preeminente posição ocupa no Mundo de hoje. Não nos parece possível deixar, pois, de acompanhar de perto sua orientação política, mórmente no que se refere ao comércio exterior.

Em novembro do ano corrente, deverá realizar-se no Rio de Janeiro uma reunião de Consulta de Ministros das Finanças e de Economia de todos os países da América. De sua agenda, constam assuntos de suma importância, como sejam:

1. *Comércio internacional*: preços e mercados; restrições ao comércio; incentivo às relações comerciais.
2. *Desenvolvimento econômico*: programação; financiamento; cooperação técnica.
3. *Outros assuntos econômicos e financeiros*.

É de real valia a cooperação entre os que representam a livre empresa e aqueles que têm as responsabilidades do Governo, quando

essa cooperação é oferecida com elevação de propósitos, visando os altos interesses da coletividade. Em nossa já longa experiência, no trato de tais problemas, tivemos oportunidade de constatar resultados surpreendentes obtidos através dessa colaboração honesta e objetiva com o Governo Federal, no campo econômico e financeiro. Por outro lado, podemos testemunhar quão benéfica tem sido a influência do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção em relação a medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos e dos demais países da América.

Rio de Janeiro, agosto de 1954.